



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – SEMAM

**LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA/ LICENÇA AMBIENTAL DE
INSTALAÇÃO**

Nº 013/2024



A Secretaria do Meio Ambiente – SEMAM, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3945 de 2016, Lei Complementar nº 57 de 2019, e Resolução CONSEMA nº 193 de 2022, com base no processo de licenciamento ambiental Memorando nº 8.886/2024 e Parecer Técnico nº 014/2024, concede a presente LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA/LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO à:

1. EMPREENDEDOR

Nome: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Endereço: Rua Dinamarca, nº 320, Bairro Nações

CEP: 88.338-315 Município: Balneário Camboriú Estado: SC

CPF / CNPJ: 83.102.285/0001-07

2. PARA ATIVIDADE DE

Atividade: 33.11.00 – Implantação pioneira de estradas públicas ou operação de rodovias (exceto as vicinais), com ou sem pavimentação

Empreendimento: Av. Martin Luther – Trecho II – Da Rua Uganda até a Av. das Gaivotas

Porte: Pequeno

Potencial Poluidor Geral: Grande

3. LOCALIZADA EM

Endereço: Da Rua Uganda até a Av. das Gaivotas

DIC: 36984, 19508, 122463, 34191, 34189, 43153, 43851

CEP: n.a. Município: Balneário Camboriú Estado: SC

Coordenada Plana (UTM - SIRGAS 2000): (X): 733.962,6 – (Y): 7.014.490,0

4. DA VIABILIDADE E INSTALAÇÃO

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade locacional e autoriza a instalação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

5. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

5.1. Nome do Empreendimento: Prolongamento do Binário da Rua Uganda até a Av. das Gaivotas – Av. Martin Luther – Trecho II

5.2. Zoneamento Urbano: ZACC-III-C (Zona de Ambiente Construído Consolidada) e ZAN-I (Zona de Ambiente Natural)

5.3. Descrição: Implantação pioneira de via urbana com extensão total de 780 metros, com quatro pistas de 3,20 metros de largura, além de faixa de serviço/canteiro de 0,80 cm, ciclovia de 2,20 metros e passeio com largura variável.

5.4. Necessidade de supressão vegetal nativa: Sim (Memorando nº 19.553/2024).

6. PROGRAMAS AMBIENTAIS

6.1. PCA – Plano de Controle Ambiental (fase de Instalação).

6.2. PGRCC – Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (fase de Instalação)

7. RESPONSABILIDADES TÉCNICAS

7.1. ART nº 9244388-2

Responsável técnico: Larissa Borges Karlson (CREA 184593-5-SC)

Atividades: Controle ambiental (avaliação), Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS (execução), Impacto ambiental (assessoria)

7.2. ART nº 3918363-2

Responsável técnico: Edson Rocha Nery (CREA-SC 057308-3)

Atividades: Elaboração de projeto de engenharia

8. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS E CONDICIONANTES

8.1. Deverá ser requerida a Licença Ambiental de Operação – LAO, nos termos da Instrução Normativa nº 63 do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA, durante o período de vigência da LAP/LAI.

8.2. A Licença Ambiental viabiliza a localização, concepção e instalação do empreendimento quanto aos aspectos ambientais e não dispensa nem substitui Alvarás, Autorizações e/ou Certidões de qualquer natureza exigidos pela Legislação Federal, Estadual e/ou Municipal.

8.3. O empreendedor é o responsável pelo cumprimento das condições específicas e condicionantes dispostas na Licença Ambiental, devendo ser mantida cópia deste documento no local durante a instalação da atividade, sendo imprescindível que todos os profissionais envolvidos no empreendimento tenham conhecimento do exposto neste documento.

8.4. A presente licença não autoriza a supressão de vegetação nativa ou a intervenção em Área de Preservação Permanente (APP).

8.5. Quanto à movimentação de solos:

8.5.1. As áreas de empréstimo e disposição de material deverão possuir licença ambiental vigente.

8.6. Quanto aos resíduos sólidos:

8.6.1. O Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) deverá ser mantido com acompanhamento de responsável técnico durante toda a validade da Licença Ambiental, com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

8.6.2. Os resíduos da construção civil gerados durante a implantação da atividade deverão ser gerenciados de acordo com o disposto na Resolução CONAMA nº 307/2002 e suas alterações, sendo corretamente segregados e destinados.

8.6.3. Deverão ser implantados locais específicos de separação dos resíduos gerados durante todas as fases da obra de implantação, até sua destinação final, conforme NBR 12.235 e NBR 11.174, da ABNT.

8.6.4. Resíduos perigosos deverão ser armazenados em local com piso impermeável, cobertura e dispositivo de contenção.

8.6.5. A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta o empreendedor da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

8.6.6. Todos os profissionais direta ou indiretamente ligados ao manuseio de resíduos deverão ser submetidos a treinamento e capacitação.

8.7. Quanto aos efluentes líquidos:

8.7.1. Poderão ser utilizados banheiros químicos no canteiro de obras, desde que os efluentes sejam destinados a empresas devidamente licenciadas.

8.7.2. Os efluentes provenientes da lavagem dos equipamentos da obra deverão ser direcionados à caixa de retenção de sólidos e reaproveitados, somente podendo ser lançados na rede de drenagem após adequada decantação e desde que não contaminados.

8.7.3. A lavagem de materiais contaminados, como pincel e latas de tintas não secas, deverá ser realizada em tanques isolados, devendo seus resíduos (sólidos e líquidos) ser posteriormente destinados a empresas licenciadas.

8.8. Quanto à drenagem pluvial:

8.8.1. O sistema de drenagem pluvial deverá ser instalado conforme projeto aprovado pela Prefeitura.

8.8.2. No prazo de 60 dias contados da data de emissão desta Licença, o empreendedor deverá apresentar projeto de drenagem pluvial readequado, considerando que a execução do projeto apresentado ocasionará aumento da tendência de alagamentos na região.

8.9. Quanto à fauna:

8.9.1. Havendo necessidade de resgate/relocação da fauna, este deverá ser realizado sob orientação e acompanhamento técnico de profissional habilitado.

8.10. Quanto à prevenção de poluição:

8.10.1. O empreendedor deverá executar e manter todos os programas ambientais propostos.

8.10.2. Caso ocorram vazamentos no solo, o solo contaminado deverá ser removido e armazenado temporariamente em recipiente fechado de uso específico, devendo ser destinado de maneira ambientalmente correta.

- 8.10.3. Deverão ser atendidos os limites de nível de pressão sonora estabelecidos pela NBR 10.151 com monitoramento, no mínimo, semestral.
- 8.10.4. Deverá ser realizada a limpeza dos pneus na saída dos canteiros de obras.
- 8.10.5. As atividades deverão ser executadas de forma a minimizar o lançamento de materiais particulados (poeiras e gases), adotando as medidas de controle necessárias e devidamente supervisionadas por responsável técnico, incluindo o uso de aspersão de água quando necessário.
- 8.10.6. Todos os equipamentos utilizados devem ser mantidos em perfeito estado de funcionamento.
- 8.10.7. Em caso de emergência, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado.

8.11. Deverá ser apresentado, **ao final da obra**, relatório técnico de controle e acompanhamento do cumprimento das condições específicas e condicionantes da licença ambiental. O relatório deverá conter, no mínimo: I) Cópias dos Manifestos de Transporte de Resíduos e Rejeitos – MTR e dos Certificados de Destinação Final – CDF; II) Cópias dos relatórios periódicos de execução dos planos e programas propostos; III) Cópia das ARTs dos profissionais responsáveis pela execução dos planos e programas propostos; IV) Cópia das licenças ambientais vigentes das empresas responsáveis pela coleta, transporte e destinação final dos resíduos gerados; V) Relatório Fotográfico do cumprimento das condicionantes; VI) Outros documentos comprobatórios pertinentes. O relatório, bem como quaisquer documentos referentes a este processo de licenciamento, devem ser encaminhados via Memorando nº 8.886/2024 do Sistema 1Doc.

8.12. Deverá ser afixada no local da obra, e mantida em boas condições durante toda a fase de implantação do empreendimento, placa alusiva à licença ambiental, contendo minimamente as seguintes informações: Nome/Razão social do empreendedor, CNPJ, atividade, responsável técnico, número da licença ambiental, número do processo e o prazo de validade da licença.

9. CONDIÇÕES GERAIS

- 9.1. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência da SEMAM.
- 9.2. A SEMAM, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
 - A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
 - Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.
- 9.3. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual nº 14.675/09, artigo 42.
- 9.4. Retificações e recursos administrativos relativos à presente licença devem ser encaminhados à SEMAM no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

10. CONDIÇÕES PARA LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO (LAO)

- 10.1. Deverá ser requerida a Licença Ambiental de Operação – LAO conforme Instrução Normativa Nº 63 do IMA, juntamente aos documentos listados abaixo:
- 10.2. Relatório técnico de controle, acompanhado de registro fotográfico, apresentando o efetivo cumprimento dos planos e programas propostos no licenciamento ambiental e das condições específicas da LAP/LAI.
- 10.3. Relatório contendo resumo da movimentação de resíduos sólidos da construção civil, emitidos pelo Sistema MTR do IMA – Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina.

PRAZO DE VALIDADE

(48) meses, a contar da data da assinatura.

Declaro que as informações constantes nesta Licença são verdadeiras e autênticas.

Balneário Camboriú,	19	abril	2024
Local	dia	Mês	Ano

Eduarda Montibeller Schuch
Secretária Interina de Meio Ambiente
Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú

OBSERVAÇÕES

- I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
- II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
- III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
- IV. Esta licença não autoriza a operação do empreendimento.
- V. A Licença Ambiental de Operação - LAO deve ser requerida antes do vencimento desta LAP/LAI.
- VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada à SEMAM sob pena de o empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade/empreendimento licenciado por este documento.